



O IMPACTO NA SEGURANÇA E DEFESA DA AMAZONIA COM OS PROJETOS DA IIRSA: ANÁLISE NOS EIXOS PERU-BRASIL-BOLÍVIA E AMAZONAS

Prof. Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos

Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho, RO.

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar quais as consequências, sobre a Segurança e Defesa da Amazônia, dos projetos de integração física da IIRSA - eixos Peru-Brasil-Bolívia e do Amazonas - considerando a especificidade da região amazônica e sua composição geoestratégica, bem como a reavaliação nos conceitos de fronteira, a questão da interdependência, novas ameaças, a nova concepção de segurança e a função das Forças Armadas. Para proceder à análise tem-se como base os principais documentos sobre a IIRSA, a Política de Defesa Nacional e referenciais teóricos das Relações Internacionais de base realista, neo-realista e construtivista. Preliminarmente, conclui-se que os projetos da IIRSA, ao integrar fisicamente o território, exigirão uma maior atuação conjunta dos países envolvidos – uma agenda comum nas questões de Defesa e Segurança - e, ao mesmo tempo, um repensar dos interesses nacionais na Amazônia e da soberania por parte do Estado Brasileiro.

A IIRSA E OS RISCOS EM POTENCIAL.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana (IIRSA) pode ser associada a uma nova percepção estratégica de integração no subcontinente, em que o discurso geopolítico passa a ser centralizado nos países da América do Sul e não mais na América Latina. A delimitação do campo de atuação já havia sido defendida pelo Brasil em 1992 com a proposta da criação da Iniciativa Amazônica, cujo discurso foi se fortalecendo juntamente com a consolidação e aproximação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina.

No ano 2000, por iniciativa brasileira, foi convocada a I Reunião de Presidentes da América do Sul (Cúpula de Brasília), com o intuito de discutir sobre o desenvolvimento e a integração regional do subcontinente. Nesta reunião estiveram presentes pela primeira vez os doze Chefes de Estado com o firme propósito de refletir sobre a cooperação sul-americana. Como medida prática é institucionalizada a IIRSA.



A IIRSA é um mega projeto de integração física da América do Sul que busca o desenvolvimento regional desenvolvendo os projetos nos setores de transporte, energia e telecomunicações. A perspectiva é de interligar física e economicamente as regiões facilitando os fluxos na cadeia de produção dos países, com prazo de implementação de dez anos.

Dos dez eixos de integração e desenvolvimento definidos na IIRSA, ressalta-se que quatro deles envolvem a região amazônica: Eixo Andino, Eixo do Escudo Guianês, Eixo do Amazonas e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia, sendo que os dois últimos serão objeto de análise desse artigo, por representarem grande parte do território da bacia amazônica e pelo fato de estar no eixo Peru-Brasil-Bolívia um dos principais objetivos da IIRSA, em especial para o Brasil, que é a saída para o Pacífico (rodovia transoceânica).

No Eixo do Amazonas e no Eixo Peru-Brasil-Bolívia realçam-se os projetos previstos na Agenda Consensuada 2005-2010, Rodovia Pasto-Mocoa; Rodovia Paita-Tarapoto-Yurimaguas, Portos e Centros Logísticos; Rodovia Lima-Tingo María-Pucallpa, Portos e Centros Logísticos; Porto Francisco de Orellana; Pavimentação Iñapari-Puerto Maldonado (Porto Maldonado)-Inambari, Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco e Ponte sobre o Rio Acre. Além desses, como projeto da IIRSA que impactará diretamente na Amazônia tem-se ainda a construção do Complexo Hidrelétrico e Hidroviário dos rios Madeira-Mamoré-Beni-Madre de Dios.

Ao acordarem com uma integração territorial como proposta na IIRSA os doze países envolvidos (Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Brasil, Peru, Bolívia, Venezuela, Equador, Colômbia, Guiana, Suriname), na realidade, estão aceitando adequar as suas estruturas a dinâmica capitalista de desenvolvimento, tentando inserir suas economias no campo competitivo do mundo globalizado. A princípio a proposta apresenta-se como legítima, no entanto, a estratégia de integração apresenta alguns pontos problemáticos, em especial para a Amazônia, ao ser planejada com base na distribuição das riquezas/produção de cada região.

A especificidade da região amazônica, dentro do contexto da IIRSA, requer mais atenção por diversos motivos, desde a riqueza de biodiversidade (plantas, animais, flora) e recursos não-renováveis até a questão da preservação ambiental e o interesse internacional pela Amazônia. De forma que a leitura apresentada por Bertha Berker sobre o tempo e o espaço na Amazônia, se acirra quando confrontado com o modelo de integração da IIRSA. De um lado, a perspectiva capitalista, competitiva global, expandindo suas redes de poder e, por outro lado, a identidade e a cultura do homem amazônico, que inclui o caboclo, o ribeirinho, o aborígine, o garimpeiro, o imigrante dentre outros, todos evidenciando o fato da Amazônia ser composta por diversas realidades.

No contexto da IIRSA pode-se visualizar a Amazônia como um conflito de diferentes interesses, marcado pelo desequilíbrio entre as partes. No discurso da modernidade e da integração alerta-se para uma visão diferenciada da soberania da Amazônia, uma vez que a região é transformada em “capital” e os riscos não-econômicos são negligenciados.



Os projetos de integração (rodovias, hidrovias, construção de hidrelétricas) que perpassam o território da Amazônia estão sendo implantados com o alerta constante das controversas em torno dos impactos ambientais, culturais e de segurança. Os projetos da IIRSA, projetos multilaterais, possuem impactos que não são demarcados por fronteiras e a clareza e a transparência do processo de integração e cooperação entre os Estados deveria estar evidente.

Diante do olhar, não somente nacional, mas também internacional, cabe a reflexão: integrar a energia, integrar as fronteiras, integrar a Amazônia. Mas em que sentido caminha essa integração? Não seria uma integração reversa a riqueza, no sentido literal, da Amazônia? E sendo assim, qual será o papel das Forças Armadas na Amazônia brasileira integrada a região da América do Sul e ao mercado mundial? Como ser soberano e ao mesmo tempo compartilhar soberania?

Os projetos da IIRSA que interligam as fronteiras da Amazônia refletem diretamente na concepção de limite territorial no exercício da segurança e defesa do Estado. Com o processo de integração, as fronteiras não são mais simplesmente vistas como uma linha que demarca a divisão de um território para outro. Mais que delimitação de território, a fronteira é um espaço de continuidade, lugar onde se expressam e se evidenciam as políticas de cooperação entre os Estados. A idéia é que a fronteira se transforma em um espaço de possibilidades, de criação de novas unidades. Desse modo, a fronteira poderia refletir mais do que a integração econômica, delineando os esforços de integração política e de defesa.

De qualquer modo, para além dos discursos e promessas de inserção na economia global a IIRSA submete a região a riscos potenciais sem que a proteção ou o “combate” a esses riscos estejam plenamente planejados, seja na esfera nacional, pela atuação das Forças Armadas Brasileiras, seja pela esfera internacional, firmando-se tratados de cooperação. Quando as rodovias atravessarem a região amazônica, quando as suas riquezas forem facilmente alcançadas e quando os diferentes interesses e visões de mundo conviverem no mesmo espaço, como será assegurado a soberania e a paz no território brasileiro? O que é soberania nesse contexto?

Com os mega-projetos prevê-se, com base em situações semelhantes ocorridas na Amazônia, o aumento dos conflitos sociais – na desigualdade social origina-se a violência e o crime organizado, os conflitos pelas terras e a ocupação desordenada ao longo das redes de transporte, em especial, rodoviária, que é o foco da proposta da IIRSA. Os conflitos ambientais também aumentam, prevê-se uma expansão da fronteira agrícola e uma aceleração no processo de desmatamento na medida em que as rodovias abrem os caminhos para a ocupação. Aziz Ab’Saber ao refletir sobre a devastação da mata afirma que os rasgões na região amazônica, seja por via das rodovias, gasodutos ou eixos-viários que não tenham sido considerados em todos os aspectos, ou seja, não somente no retorno econômico, podem multiplicar a devastação.



Além disso, podem ser considerados fatores de risco a incidência e exposição à doenças contagiosas e a gradual perda de valores culturais tradicionais. De forma que as ameaças que envolvem os projetos da IIRSA na Amazônia deveriam ser mais fortemente consideradas.

É fato que os benefícios trazidos pela integração física não podem ser desconsiderados, mas ao mesmo tempo, também não podem ser considerados acima de qualquer circunstância. Neste caso, significa que a segurança e a defesa da Amazônia devem ser repensadas, com a consciência da especificidade da região, de forma a acompanhar o processo de crescimento econômico.

SEGURANÇA E DEFESA NO CONTEXTO DA IIRSA

No sistema internacional atual uma concepção de segurança e defesa nos mesmos moldes daquela presente no período das Guerras Mundiais e da Guerra Fria, certamente não se aplica tendo em vista a presença de outros atores no cenário internacional (ONG's, Organizações Internacionais, Empresas Transnacionais, Sociedade Civil Organizada) e a crescente interdependência entre os Estados, o que deve ser considerado nos termos propostos por Keohane e Nye, de sensibilidade e vulnerabilidade.

Pós-Guerra Fria, o conceito de segurança internacional pautado no realismo passa a ser questionado por diversos autores, como por exemplos representantes da Escola de Copenhague e do Conselho da Organização dos Estados Americanos. A reformulação no conceito de segurança abarca fenômenos de caráter não estritamente militar e nem delimitados pelas linhas fronteiriças, como é o caso, da questão do meio ambiente, das migrações, do tráfico de drogas, biopirataria entre outros. Uma mudança importante, é que a “nova concepção de segurança” insere a passagem de uma visão conflitiva para uma perspectiva de cooperação e de diálogo – partindo do pressuposto que os conflitos serão resolvidos de modo pacífico.

Sobrepondo o conceito de segurança e defesa do âmbito internacional para o âmbito nacional, deve-se ainda considerar a perspectiva construtivista de Ole Waever – presente na temática da “securitização” – em que salienta que um tema pode ser considerado de segurança por meio de políticas sociais dissuasivas, sendo que nenhum tema é de segurança por natureza.

Diante da realidade da América do Sul com a IIRSA, tratando do caso específico da Amazônia, torna-se evidente que contexto da discussão sobre o tema da segurança internacional faz-se presente e que as potenciais ameaças estão colocadas, restando refletir até que ponto os Estados conseguirão aliar integração e segurança no subcontinente. O dilema é em que medida essas duas vertentes serão convergentes ou divergentes.

A Política de Defesa Nacional do Brasil reflete a transformação no conceito de segurança internacional afirmado que o conceito de segurança insere questões que não são tratadas somente por meio de



instrumentos políticos militares, o que diretamente influencia na percepção da função das Forças

Armadas. Com relação à Amazônia, a PDN destaca que “Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias da Defesa Nacional”. Na Estratégia Nacional de Defesa verifica-se que “a estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento” e que uma das diretrizes desse documento é priorizar a defesa da Amazônia.

Neste ponto é que integração e segurança na Amazônia podem divergir, pois os interesses e os impactos na região amazônica não estão suficientemente claros no projeto de integração da IIRSA.

Com esse contexto, indagações sobre a possível intervenção de organismos estrangeiros, sobre a capacidade operacional e logística das Forças Armadas, bem como a capacidade de diálogo e cooperação entre os Estados têm urgência em suas repostas.

Quando a IIRSA se agrega a Comunidade Sul Americana das Nações (CASA), que em 2007 tornou-se União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) significa que ao projeto de integração física estava incorporada uma proposta mais sólida e multifacetada de integração, que reafirmava a identidade e a comunhão dos propósitos dos países da América do Sul.

Na medida em que os projetos já eram executados, em 2008 na Cúpula Extraordinária da UNASUL foi aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, justamente com o objetivo de pensar em políticas de defesa para região. Uma iniciativa coerente, que pode ser analisada como uma primeira resposta a indagação sobre os impactos da IIRSA na segurança e defesa na região como um todo, o que inclui, mas não é específica para a região Amazônia. Todavia, trata-se de uma resposta insuficiente, uma vez que, as ameaças já são visíveis, enquanto que as ações entre os Estados ainda são pontuais e permeados de desconfiança. A proposta de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia foi o primeiro exemplo dos possíveis desacordos que surgirão. Pela perspectiva da defesa nacional o caso evidencia que nenhum projeto de integração elimina por completo a possibilidade de conflito, devendo o Estado estar atento para a preservação de sua soberania.

A integração no que se refere a segurança e a defesa é uma temática que exige dos Estados mais do que declarações de intenções. É necessária a formação de uma agenda comum, o que não ocorrerá com a mesma velocidade dos processos de integração física, pois exige negociações em torno dos interesses comuns, em um dos principais pilares de sustentação do Estado, que é o seu poder militar e sua estratégia de defesa.

A integração física é multinacional e a segurança e defesa ainda é nacional. Este é o descompasso que marca a inserção global e a realidade da população atingida pelos impactos dos projetos da IIRSA, em especial, nos eixos aqui tratados, Peru-Brasil-Bolívia e Amazonas, em uma região para a qual os olhares e interesses do mundo

e tratados.



O acordo na temática de segurança e defesa deve possuir caráter permanente, praticamente irrevogável, o que só poderia ser realizado em um ambiente de relações de plena confiabilidade e estabilidade entre os Estados, o que, naturalmente, ainda não próprio dos países da América do Sul. Contudo, o contexto da IIRSA impõe que se reflita sobre as ações em conjunto – uma agenda – para a solução dos riscos e ameaças que se consolidam na unidade da América do Sul, conforme discurso da União das Nações Sul-Americanas e uma revisão por parte do Estado brasileiro sobre o projeto de desenvolvimento e de soberania na Amazônia

BIBLIOGRAFIA:

AB'SÁBER , Aziz. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. Entrevista a Dario Luis Borelli Et Al. Revista Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Garamond, 2004. Rio de Janeiro.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Decreto N.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

BRASIL. Política de Defesa Nacional. **Decreto Nº 5.484, DE 30 de junho de 2005.**

COUTO, Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul.

Disponível em: <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/109/77>.

Consultado em março de 2010.

IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infra- Estrutura Regional Sul-Americana. Disponível em: www.iirsa.org.

_____. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=302&sec=10>

KEOHANE e Nye. Power e Interdependence. NY: Longman, 1989.

MORGENTHAU, Hans. Política entre as Nações. A política entre as nações. Editora UnB. São Paulo, 2003.



SENHORAS, Elói Martins. Guzzi, André Cavaller. A Amazônia, o Pacífico e a Problemática da Integração de Infra-Estrutura Regional na América do Sul. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/eloi01.pdf>.

Consultado em março de 2010.

VITTAE, Claudete de Castro Silva. Planejamento Territorial e os Impactos Sócio- Econômicos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) no território brasileiro: atores, conflitos e interesses. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf. Consultado em março de 2010.

ZEVALLOS, Enrique Amayo. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Revista Estudos Avançados vol.7 nº.17 São Paulo Jan./Apr. 1993.